



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O capitão-mor José Mateus da Graça Leite Sampaio e a
Independência da Capitania de Sergipe del Rei**

Thieres Janderson Santos

São Cristóvão/SE

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O capitão-mor José Mateus da Graça Leite Sampaio e a
Independência da Capitania de Sergipe del Rei**

THIERES JANDERSON SANTOS

Artigo apresentado à disciplina Prática de Pesquisa como exigência parcial à obtenção do título de graduado em História, ministrada pelo Prof. Msc. Wanderlei de Oliveira Menezes.

São Cristóvão/SE

2019

O capitão-mor José Mateus da Graça Leite Sampaio e a independência da capitania de Sergipe

Thieres Janderson Santos¹

1. Apresentação

Por meio do decreto de 08 de julho de 1820, a Capitania de Sergipe del Rei era declarada independente da Bahia, a qual era território anexo desde 1763. Os motivos que levaram o monarca D. João VI a tomar tal decisão não tem uma resposta unânime entre os historiadores. Por isso, esse tema tem sido alvo de fecundos debates na nossa historiografia. Com a aproximação das comemorações do bicentenário desse evento histórico de enorme relevância para a História de Sergipe, os acontecimentos da segunda década do século XIX ganham mais importância por nos ajudar a compreender aquele processo histórico.

Há quem aponte a prosperidade econômica da região como justificativa para a decisão de separar administrativamente Sergipe da Bahia. Há aqueles que enfatizam as reformas administrativas do reino lusitano. Como também temos os que apontam o posicionamento dos sergipanos em relação Revolução Pernambucana de 1817 como fatores que motivaram a independência de Sergipe. Estes apenas alguns pontos desse intrigante episódio que continua historiograficamente em aberto.

É fato que esse decreto não resultou na emancipação sergipana a longo prazo. Com o aumento das tensões e com a deflagração da conhecida Revolução do Porto (1820), as elites baianas não aceitaram a independência de Sergipe. O governador da capitania da Bahia, Francisco de Assis Mascarenhas (o Conde de Palma), foi retirado de seu posto, e contando com o apoio de parte da elite político-econômico local o brigadeiro Carlos Cesar Burlamarqui, nomeado por D. João VI para governar militarmente a capitania de Sergipe acabou sendo preso.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: thieresjanderson@hotmail.com

No decorrer desse processo em busca da independência destacados nomes ficaram marcados na nossa história. Um destes foi o do capitão-mor José Mateus da Graça Leite Sampaio, que apesar da importância que teve nesse contexto e ainda nos primeiros anos dos governos imperiais de Sergipe ainda não foi tomado como objeto de estudo detalhado. Além desta figura fundamental do nosso passado, outros grandes nomes ainda não foram observados a fundo. O que até hoje existe são trabalhos amplos com citações das principais ações desses sujeitos, fator que limita nosso conhecimento e reconhecimento desses personagens e suas respectivas atuações. Este artigo buscará trazer informações sobre esse militar que atuou ativamente no processo de emancipação política da capitania de Sergipe.

Apesar das poucas fontes a respeito dessa liderança, tentaremos delinear sua trajetória. Cuidadosos para não cair nas armadilhas da “ilusão biográfica”, como muito bem analisou o sociólogo francês Pierre Bourdieu, compreendemos a impossibilidade de reconstruir a totalidade da sua trajetória, mas observando os indícios deixados pelo tempo e o contexto social em que esse indivíduo estava inserido, teremos um possível esboço da sua personalidade.

Para possibilitar esse trabalho analisamos fontes primárias e bibliografia especializada desse período. Conseguimos ter acesso a alguns documentos a respeito da vida do José Mateus, entre eles a carta patente para o posto de capitão-mor. Consultamos textos mais clássicos do passado sergipano como os trabalhos dos pesquisadores Felisbelo Freire e Maria Thetis Nunes. A importante obra de Braz do Amaral a respeito do período da Independência no território baiano. Entre a bibliografia mais recente destacamos o grande trabalho da professora Edna Maria de Matos Antônio que atualmente é o trabalho mais bem elaborado a respeito desse período.

Outros trabalhos que foram fundamentais para nossa pesquisa foram os artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Dentre os quais um texto da historiadora itabaianense Thetis Nunes, o artigo do padre Aurélio Vasconcelos de Almeida a respeito dos deputados eleitos em Sergipe no período entre 1823-1889, e principalmente o escrito do pesquisador Sebrão Sobrinho sobre a biografia de José Mateus da Graça Leite Sampaio. Sendo este artigo de Sebrão a única tentativa de esboçar a trajetória do “último capitão-mor de Itabaiana” que tivemos conhecimento e, por tanto, a pedra fundamental desse artigo.

Temos ciência que mesmo com todo esforço, este artigo tem lacunas e necessita de maiores pesquisas para ampliá-lo. Novos documentos ainda não conhecidos poderiam esclarecer esses pontos obscuros, como por exemplo, não sabemos ainda a data de nascimento do protagonista deste estudo. Provavelmente ocorreu na década de 1760. Nem mesmo os bons levantamentos biográficos que temos como o clássico Dicionário Bio Bibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná e os apontamentos biográficos de Carvalho Lima Júnior não nos esclareceu plenamente essa dúvida.

O presente trabalho não tem a pretensão de ser uma biografia acabada desse personagem, porém justifica-se enquanto motivador de futuras pesquisas para que o esquecimento dessa figura tão emblemática da nossa história não ocorra. Assim, objetiva-se a partir dos indícios da trajetória política desse líder político oitocentista, observando o processo de emancipação e os primeiros passos da província com destaque para a atuação de José Mateus, traçar um esboço da vida do ilustre capitão-mor de Itabaiana.

2. O senhor de engenho e militar

José Mateus da Graça Leite Sampaio é originário de uma linhagem tradicional com raízes em Vila Nova, tendo ainda familiares próximos de grande influência na antiga comarca de Alagoas, pertencente nos tempos coloniais à capitania de Pernambuco. Era filho do sargento-mor João Machado de Novais, que atuava na cadeia pública local, e D. Rosa Maria de Sampaio, filha do capitão Ventura Rabelo Leite e de Rosa Maria de Sampaio, ambos de alta distinção social residentes nas duas vilas são-franciscanas de Vila nova e de Penedo. Residiu em Vila Nova até meados da década de 1780, foi lá onde passou toda infância e adolescência.

Embora já nascido entre os “homens bons”, grande parte de sua riqueza adveio de uma herança em decorrência da morte do seu tio materno. No dia 08 de março de 1785 o senhor Ventura Rabelo Leite de Sampaio, reconhecido proprietário e dono de fazendas em Itabaiana, acabou falecendo e por não ter tido filhos deixou seus bens ao sobrinho.

Dentre as propriedades herdadas cabe destacar um dos mais importantes engenhos de Sergipe e que se tornou sua moradia, o Alagoa do Penha. Fundado pelo coronel Manuel Nunes Coelho no momento em que Sergipe se recuperava dos estragos causados pelo embate entre os lusitanos e os holandeses. Essa extensa propriedade foi passada para seu

filho coronel Manuel José de Vasconcelos Figueiredo, casado com D. Clara Leite de Sampaio que após ficar viúva e não ter filhos passou o para o seu sobrinho Ventura Rabelo.

Como novo proprietário do Penha, coube a José Mateus a construção da capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, obra iniciada por seu tio. Somente em 1795 estava concluída o suntuoso edifício marcado pela arquitetura de estilo barroco e por volta de 1800 passou a ser celebradas missas no local. Essa igreja do engenho Penha está ereta até hoje. Entre os atuais municípios de Malhador e Riachuelo, à margem da SE-245, o horizonte é profundamente marcado pela presença de um monumento histórico tombado em 1943 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, único remanescente do antigo engenho Penha, que no século XIX era um importante produtor de açúcar.

Mesmo na situação de abandono que se encontra há décadas, essa igreja é um dos mais belos exemplares da arquitetura religiosa da capitania de Sergipe do final do século XVIII e início do século XIX. A edificação remanescente do antigo engenho que lhe deu origem e que hoje se encontra em estado de arruinamento devido à falta de conservação e ações de vandalismo.

Em 1787 adquiriu outro lendário engenho sergipano, o Santana. Sendo vizinho do Penha, José Mateus o comprou ao tenente-coronel José Luís Coelho e Campos, tendo destaque no engenho a sua bela igreja construída pelo padre Manuel Carneiro de Sá que fundou o Santana. Tornando-se dono dessas duas vastas propriedades das quais foram formadas outras, seguindo a prosperidade econômica pelo qual a cana-de-açúcar na região do Cotinguiba durante a segunda metade do século XVIII. Com isso, José Mateus figurava entre os grandes senhores de engenho sergipano. O Penha foi um dos grandes produtores de Sergipe, tendo entrado em crise apenas já na metade do século XIX.

Na obra Sergipe Provincial I, Nunes vai desenvolver o conceito de “donos do poder” para se referir aos grandes proprietários rurais desse período. Essa classe além de acumular grande riqueza principalmente a partir da produção açucareira, seria a responsável por ditar o rumo político nesse período e ainda no Império. Mesmo que a historiadora não cite nesse momento o José Mateus até por sua abordagem estrutural, claramente este é um desses senhores que partindo de sua condição econômica vai alcançar o prestígio político.

De acordo com Sebrão Sobrinho, casou-se com D. Francisca das Chagas de Jesus em Penedo, sendo esta filha de José Antônio Ferreira Costa e D. Ana Maria de Sampaio. Juntos tiveram seis filhos:

1. o padre José Mateus da Graça Leite Sampaio, que teve como grande inimigo seu irmão Gonçalo Rabelo Leite. Faleceu no dia 20/11/1855.
2. o capitão Gonçalo Rabelo Leite, que seguindo os passos do pai se destacaria no cenário político assumindo a liderança do partido liberal nos municípios de Laranjeiras e Itabaiana. Era personagem marcado pela truculência e pela forma violenta de agir. Inimigo do seu irmão padre José Mateus, que teria participado do seu assassinato por membros da família Cavalcanti em 06/08/1852. Foi casado com saudade prima D. Ana Maria do Patrocínio com quem teve oito filhos, falecendo ela durante um parto em julho de 1838.
3. O tenente-coronel João Machado Novais que se destacou nas regiões de Maruim e de Santo Amaro das Brotas. Casado com D. Antônia Eufrásia de Aguiar, filha do eminente coronel João de Aguiar Boto e D. Ana Jerônima da Silveira. Dentre os filhos que teve um deles foi batizado com o nome do avô José Mateus da Graça Leite Sampaio, o que por vezes causa confusão em pesquisadores.
4. o capitão Tobias Rabelo Leite, que residiu em Laranjeiras no seu engenho São Bento. Foi casado com D. Ana Maria de Lemos, entre seus filhos se destacou o Dr. Tobias Rabelo Leite.
5. D. Margarida Caldeira Leite Sampaio que casou com o irmão de D. Ana Jerônima, o brigadeiro João Aguiar Caldeira Boto.
6. D. Rita de Cássia Leite Sampaio, que só casaria após a morte de seu pai com seu primo José Ferreira Dias Leite proveniente de Penedo.

Observando os poucos dados a respeito dos filhos do senhor do Penha podemos sublinhar tanto a consumação de matrimônios com famílias tradicionais com posição social destacada, quanto a participação de grande parte destes na vida política de Sergipe. Este aspecto levou o pesquisador Sebrão Sobrinho a apontar José Mateus como o responsável por introduzir o nepotismo nas terras sergipanas.

Outro elemento que se destaca é que grande parte dos seus filhos possuem títulos de patentes militares, excetuando apenas o que ingressou na carreira eclesiástica, sendo que nesse período grandes clérigos também participavam das disputas no cenário político.

Figura consolidada de grande prestígio na região, no dia 05 de março de 1793 foi nomeado para o posto de capitão-mor do Terço de Ordenanças de Itabaiana, substituindo o falecido João Nepomuceno Regalado Castelo Branco e Loureiro. No entanto, houve alguns problemas que fizeram sua nomeação ser confirmada apenas em 15 de agosto de 1805, ao ser assinada pelo governador geral da Bahia D. Francisco da Cunha Menezes. O que não impediu que José Mateus exercesse o cargo desde a primeira data. Assim, o grande latifundiário tinha agora sob seu controle as tropas de ordenanças e consolidava de vez seu poder político no município itabaianense.

Nesse momento, o posto de capitão-mor de ordenanças representava um grande posto na estrutura política colonial. Ficava sob responsabilidade do senhor do Penha manter a ordem na vila, prender os criminosos e investigar os suspeitos. Outra atribuição do posto era a organização e treinamento das milícias de ordenanças, que eram tropas formadas pelos homens adultos da região que deviam prestar serviços militares. Os números de homens nessas tropas sob comando do capitão-mor poderiam chegar aos 250, motivo pelo qual essa patente era tão disputada e importante nos conflitos políticos coloniais, visto que o encarregado dessa função tinha nas mãos os instrumentos legais de violência e repressão em uma sociedade em que nem tudo era resolvido através de conversas.

Foi graças ao capitão-mor que seu irmão mais velho, Manuel de Deus Machado, figura que logo alcançaria relevo no cenário sergipano e que também se destacou no processo de independência, passou a residir no município serrano.

Em 1801, José Mateus teria vendido o engenho Santana ao citado irmão e o nomeando sargento-mor da vila de Itabaiana, posto que auxiliava o capitão-mor na mobilização e comando das tropas. Sendo a nomeação e distribuição de patentes uma das formas mais eficaz para promover e consolidar sua posição política através da formação de redes de interdependência e lealdade. Além do irmão que agora também mantinha o controle do poderio militar municipal, diversos homens de baixa categoria social teriam vindo do sertão pernambucano para servir ao senhor do Penha.

3. O capitão-mor José Mateus e a independência de Sergipe

No dia 20 de fevereiro de 1821, o brigadeiro Carlos Cesar Burlamaqui tomava posse do governo de Sergipe. Nomeado em 24 de outubro do ano anterior, este foi escolhido para ser o primeiro a governar a mais nova capitania do Brasil. Por meio do decreto de D. Joao VI de 8 de julho de 1820, era declarada a independência sergipana em relação a Bahia. O processo que segundo Burlamaqui "ha mais de dez anos que Sergipe pleiteava a independência" não se encerraria nem mesmo com o decreto real, pelo contrário, agora os conflitos seriam atenuados.

Grandes estudiosos buscaram explicar os motivos que teriam levado o monarca português a assinar esse decreto, destacaremos alguns deles. A obra pioneira de Felisbelo Freire defendeu que a resposta estava na participação sergipana contraria a Revolta Pernambucana de 1817, vendo a independência como uma recompensa aos leais ao trono. Enquanto Freire parte de uma leitura positivista, predominante em sua época, a historiadora Maria Thetis Nunes seguindo uma abordagem marxista levanta aspectos econômicos como justificativas para tal ato. Nunes aponta como o real motivo que levou ao decreto de D. João VI a ascensão econômica pela qual passava Sergipe desde o século XVIII, principalmente devido a produção açucareira. Outro elemento levantado pela pesquisadora, mas menos detalhado, seria uma reforma administrativa pela qual passava o reino lusitano, sendo o 8 de julho consequência dessa política de manter maior controle administrativo sobre as capitanias subalternas.

Outra produção que merece ser destacada e a dissertação de mestrado de Fernando Afonso Ferreira Junior. Em seu trabalho ele tenta aplicar ao caso sergipano o modelo marxista interpretativo do seu orientador, Fernando Antônio Novais. Como muito bem analisou Iberê Dantas: "a dissertação parte do princípio de que a relação das economias centrais europeias com as economias coloniais periféricas estava firmada no exclusivo metropolitano do comercio voltado para atender os interesses da burguesia mercantil"(p. 289). Para Fernando Afonso, a independência de Sergipe foi uma medida administrativa tomada pela coroa visando solucionar a crise sintomática do eminente colapso do sistema colonial.

Outro trabalho recente que devemos mencionar é a tese de doutorado da professora Edna Maria Matos Antônio que partindo de novos instrumentos teóricos-

metodológicos trabalhou esse período. Sua obra se encaixa na chamada Nova História Política, observando as relações sociais em sua complexidade e de forma dialógica, sendo as relações de poder e sua repartição pontos-chaves dessa leitura. As reformas político-administrativas adotadas pelo poder real e o desenvolvimento econômico recebem grande destaque. Assim como para Fernando Afonso, a resposta para explicar o decreto de D. João VI estaria em uma dessas reformas que separou regiões como Sergipe, Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte, visando reduzir o poder político dos grandes centros do norte do Brasil.

A partir da leitura da *Memoria Histórica e Documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe Del'Rei* de Burlamaqui temos uma ótima oportunidade de perceber a tensão política no território sergipano. Logo após breve estada na Bahia para resolver questões administrativas relativas às finanças com o governador geral Francisco de Assis Mascarenhas (o Conde de Palmas), o brigadeiro se dirigiu à capital São Cristóvão. Porém, logo ao chegar e encontrar Luís Antônio da Fonseca Machado, lhe foi entregue três cartas provenientes da Bahia. As ordens eram para que não fosse permitida sua posse e ainda ordenava o juramento geral às cortes de Lisboa.

Nesse meio tempo em que Burlamaqui se dirigia a Sergipe, era deflagrada a chamada Revolução do Porto. Esse importante episódio do outro lado do Atlântico teria consequências diretas não só na conjuntura política local como no âmbito nacional. Além de substituir a monarquia absolutista por uma parlamentarista, as cortes de Lisboa objetivando modificar as relações entre as partes do reino lusitano, agiram visando retomar a posição de Portugal e de sua capital como metrópole gerenciadora e central das decisões administrativas do reino. O que evidentemente chocava diretamente com a posição ascendente do Brasil nesse momento, o que vai provocar o acirramento entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

No entanto, contando com o aparente apoio de grande parte da elite política e militar sergipana, Burlamaqui toma posse. Seu governo durou cerca de 28 dias quando tropas baianas (enviadas pelo novo governo que afastara o Conde de Palmas) lideradas pelo coronel Bento da Franca Pinto contando com o apoio de políticos e tropas locais (destaque para as legiões da povoação da Estância), entraram na capital retirando do posto e conduzido para uma prisão na Bahia. Para substituí-lo foi escolhido uma figura marcada pela oposição à independência sergipana, o brigadeiro Pedro Vieira de Melo. Este governou visando consolidar a sujeição local frente à Bahia, contando com o apoio

das tropas baianas ordenou prisões de opositores políticos. Figuras como Domingos Dias Coelho e Melo, Manuel Gomes Coelho, Guilherme Nabuco de Araújo e Jose Goncalves de Figueiredo se destacariam apoiando seu governo.

Nesse momento há a intensificação da divisão da elite política local entre os defensores da independência sergipana e aqueles que Felisbelo Freire chamava de "*recolonizadores*", pois preferiam a sujeição a Bahia. Dentre os defensores da independência estavam os camaristas e parte dos senhores de engenho, entre eles o maior nome entre os opositores aos baianos era o Jose Mateus da Graça Leite Sampaio. Já do lado favorável a submissão devemos destacar grandes nomes da política local como Barros Pimentel, Guilherme Nabuco de Araújo, Pedro Vieira de Melo e Jose Ribeiro Navarro, tendo muitos destes vínculos familiares e/ou econômicos com a Bahia.

Com o governo de Pedro Vieira de Melo, instalado oficialmente no dia 20 de marco de 1821, o decreto de D. Joao VI era ignorado e Sergipe retornava à posição de comarca da Bahia. Embora tenha comandado de forma firme haviam opositores, partindo das terras itabaianense o maior ato de resistência. Como principal nome do grupo contrário ao governo, Jose Mateus estando a frente da câmara municipal da Vila de Itabaiana, em janeiro de 1822 mandou cartas para as demais câmaras sergipanas. Seu objetivo era organizar com o apoio desses órgãos um governo independente que colocaria o decreto de 8 de julho realmente em vigor. No entanto, o capitão-mor itabaianense não teve seus apelos ouvidos, as demais câmaras não responderam e o seu plano fracassou. Em sua obra Felisbelo Freire critica a postura antipatriótica de parte da sociedade e sua conformidade nesse momento crucial.

É fundamental para entender o processo em que se desenvolveu a independência sergipana observar os acontecimentos para além de nossas fronteiras. A busca pela emancipação local vai se confundir com a luta pela independência brasileira frente a Portugal. Por isso, não podemos deixar de destacar alguns fatos que foram cruciais no decorrer desse conturbado processo. Nesse período vai haver o acirramento entre as cortes de Lisboa e o príncipe regente. Em 18 de abril de 1821, havia sido decretada uma lei onde todas as províncias deveriam reportar-se em caso de necessidade a Lisboa e não mais ao Rio de Janeiro. Essa medida centralizava as decisões do reino lusitano na capital portuguesa retirando a posição prestigiada do Rio e a autoridade do príncipe D. Pedro. Em resposta, no dia 22 do mesmo mês, o príncipe determina que as províncias deveriam reportar-se ao Rio de Janeiro. A partir daí as províncias vão se dividir, partes do Norte

visando uma possibilidade de maior autonomia, com destaque para a Bahia, vão apoiar o governo sediado em Lisboa.

As cortes declaram nula a regência de D. Pedro e envia tropas para o conduzir de volta a Portugal. Com a recusa do príncipe em sair do Brasil, o que irá consagrar o famoso dia do "fico", essas tropas lideradas pelo brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo iram se reunir no território baiano. A partir do grande trabalho do pesquisador Braz do Amaral em que ele trata do processo de independência nas terras baianas, podemos ter conhecimento do quão conturbado se encontrava esse cenário.

Atendendo as ordens vindas do outro lado do oceano, a Bahia envia seus representantes para a Assembleia Constituinte. Porém vendo uma oportunidade de emancipação, parte de Sergipe carta ao príncipe pedindo o reconhecimento do decreto de 8 de julho, ameaçando buscar apoio nas cortes caso o príncipe se recusasse. Pondo em prática o projeto de independência nacional, D. Pedro consegue o apoio de grande parte das províncias, e reconhece a emancipação sergipana.

Com Madeira de Melo controlando a Junta Governativa Provincial da Bahia há uma certa intensificação do apoio militar ao governo subalterno de Sergipe. Essa medida do general português junto a correspondência mantida entre São Cristóvão e o Rio de Janeiro, onde são enviadas felicitações ao príncipe regente, nos mostra que mesmo com a rigidez de Pedro Vieira de Melo ainda assim os contrários ao seu governo estavam em ação.

Outro acontecimento que foi fundamental no nosso processo foi a passagem por nossas terras do Exército Pacificador liderado pelo general francês Pedro Labatut. Essas tropas foram organizadas para fazer focos opositores jurar lealdade ao príncipe e aclamar a independência do Brasil. A chegada de Labatut em Sergipe daria novos rumos ao cenário local.

Vindo de Alagoas, embora em primeiro momento tenha entrado em conflito contra tropas chefiadas pelo capitão-mor Bento de Melo Pereira (futuro Barão da Contiguiba) ao cruzar o rio São Francisco, as tropas de Pedro Vieira logo não lhes ofereceram resistência. Cruzando o território sergipano a aclamação era feita por todas as vilas por onde passavam. Até mesmo nas áreas marcadas pela recusa do decreto de D. Joao, Labatut não teve maiores desafios porque os líderes locais mudando de posicionamento vão defender a aclamação. Logo o governo subalterno de Pedro Vieira vai ser deposto, embora

adversário político Jose Mateus, segundo Sebrão Sobrinho, teria feito de tudo para que o brigadeiro que era seu vizinho não sofresse graves punições por seus atos antipatrióticos. Vendo na figura do general francês a chance de conseguir o governo da província, Barros Pimentel vai se aproximar deste.

Vendo a oportunidade, políticos locais decidiram reunir uma Junta Governativa Provisória, segundo Thetis Nunes por solicitação do major Cristóvão de Abrel. Nesse momento Jose Mateus vai ter sua liderança na defesa da emancipação reconhecida ao ser escolhido para o cargo de presidente da Junta, além do capitão-mor de Itabaiana faziam parte do grupo o sargento-mor Dionísio Rodrigues Dantas, o vigário-geral Serafim Alvares da Rocha, o padre Jose Francisco de Meneses e o coronel Domingos Dias Coelho e Mello. Para o cargo de comandante das armas foi escolhido José de Barros Pimentel, porém este indignado por não ter conseguido a presidência recusa o posto. Para substituí-lo é nomeado Guilherme Jose Nabuco de Araújo que até pouco tempo inclinava-se para o lado "*recolonizador*" mas que mudou de lado diante dos acontecimentos.

Insatisfeito por não ter sido escolhido presidente da Junta, Pimentel passa a cortejar Labatut para que este lhe conceda o comando da província. Como bem observou a historiadora Thetis Nunes, o general francês fugindo de suas atribuições militares e intrometendo-se nas disputas políticas locais dissolve a Junta no dia 18 de outubro. Se aproximando de figuras opositoras da nossa emancipação, Labatut forma um novo governo e Barros Pimentel alcança o posto que almejava. Segundo a professora Edna Maria, há uma suspeita de que o novo governador teria pago uma quantia de cerca de dez mil reis ao general francês em troca do cargo.

Em seu curto governo, Barros Pimentel tomou medidas como mudar a capital da província para Laranjeiras visando maior apoio dos grandes latifundiários da Cotinguiba. Porém em 14 de novembro de 1822 foi deposto e substituído por Jose Eloy Pessoa, que vai transferir a capital novamente para São Cristóvão. Durante esse período, Pimentel conspirou contra o governante e tendo criado certa simpatia da Vila de Cachoeira, principal foco de oposição as tropas de Madeira de Melo, esta vai pressionar o general francês para que ele seja renomeado para o governo.

No entanto, a figura já marcada de Pimentel enquanto aliado da Bahia, e a sua ligação com a Vila de Cachoeira, que mostrava seu poder de interferir na alternância de governantes de Sergipe, visto que a questão da autonomia sergipana ainda não havia sido resolvida oficialmente, desagradava a população sergipana. Somente em 5 de dezembro

de 1822 uma carta enviada aos baianos confirmava o decreto de D. Joao, reafirmando a nossa independência. Nesse momento a insatisfação popular, principalmente entre os moradores de São Cristóvão, vai exigir que a Junta Governativa retorne ao comando da província.

Nesse momento o Jose Mateus da Graça Leite Sampaio reassume o posto de presidente da Junta. Mas seu maior adversário político, Pimentel, não aceitando sua substituição pela Junta reúne uma grande quantidade de homens armados concentrados em Laranjeiras. Porém, os próprios homens que estavam em sua companhia o aconselham a desistir de atacar a capital e dissolver a Junta. Logo ele resolve reconhecer o governo e tomar posse como comandante das armas. Mas teria tomado para si atribuições que estavam além de seu posto e por desavenças com outros membros do governo, sua permanência no governo era inviável. Novamente Guilherme Jose de Nabuco o substitui.

Nesse segundo momento de governo a Junta teria como uma de suas atribuições organizar as eleições para os representantes sergipanos na Assembleia Constituinte no Brasil. Os nomes eleitos para participar da elaboração da constituição foram o padre Jose Francisco de Meneses Sobral e Francisco Felix Barreto Meneses (que teria falecido logo depois). Porém, não chegaram a tomar acento pois o Imperador dissolveu a Assembleia pelo Ato de 12 de novembro de 1823.

Durante o período em que comandou a província a Junta concentrou suas decisões principalmente sobre dois assuntos. O primeiro dizia respeito ao cuidado com as finanças, que com a guerra contra as tropas na Bahia estavam em baixa e precisavam da criação de certos órgãos específicos para tratar dessa questão. Também foi focado pelo grupo liderado por Jose Mateus a reestruturação da força militar da província, sendo que parte das tropas locais haviam sido empregadas na causa da independência em solo baiano, e era preciso esclarecer a respeito da concessão de patentes. Pela distância geográfica e dificuldades em se comunicar com a capital, visto as raras ordens imperiais, a Junta governava com relativa autonomia.

No entanto, a principal tarefa do governo de Jose Mateus seria realizar as eleições para o Conselho Provincial que substituiria a Junta. Esse processo eleitoral realizado em agosto de 1823 foi marcado por grandes tensões e novos conflitos entre a elite política sergipana. Se apoiando na falta de informações a respeito de como deveria dirigir a votação, a Junta de tudo fez para permanecer no seu posto. Importante destacar que os nomes que despontavam até então para conseguir lugar no Conselho eram de grandes

figuras que ficaram de fora do governo. Temendo a vitória do grupo opositor liderado por Joao Fernandes Chaves, o partido de Jose Mateus resolve fraudar as eleições, atas teriam sido roubadas, os resultados teriam sido alterados e adversários foram presos. A Câmara de São Cristóvão por tentar fazer valer os resultados com vitória do grupo de Joao Fernandes, vai ser cercada por tropas e ter membros presos.

Mesmo não tendo permitido a apuração de todas as urnas a vitória do grupo opositor era eminente, por isso a Junta declarou que estes sujeitos eram desqualificados e inadequados para comandar a província. As tensões e acusações dos dois lados vão ser acirradas. Segundo a historiadora Thetis Nunes, bens e propriedades de rivais eram saqueadas e depredadas.

Como forma de amenizar essa situação e de prolongar seu mando, os membros da Junta tomaram algumas medidas administrativas. A principal decisão do governo era englobar no governo membros das elites de distritos que ficaram de fora do comando da província quando foi formada a Junta. Para os opositores eleitos esta era uma estratégia defensiva do partido de José Mateus que não possuía a simpatia de câmaras provinciais que não haviam sido consultadas no momento em que o governo provisório foi nomeado.

As coisas só seriam acalmadas com a interferência do governo central nomeando o novo governante de Sergipe. A junta ficaria no comando da província até a chegada de Manuel Fernandes da Silveira, que o nome escolhido para ser o presidente provincial por meio da carta de 26 de novembro de 1823, tomando posse no dia 05 de março 1824. Nem por isso as disputas políticas entre os locais cessariam. O antagonismo entre Jose Mateus da Graça Leite Sampaio e Jose de Barros Pimentel resistiu ainda nos primeiros anos imperiais. No governo de Manuel Fernandes, Pimentel se comportou como aliado do governante enquanto o capitão-mor de Itabaiana assumiu a oposição.

A vida política local presenciava a consolidação do regime imperial e dos dois partidos adversários no Sergipe provincial. Sendo conservada as duas lideranças rivais, Barros Pimentel concentrou em si o Partido Liberal, enquanto José Mateus mantendo sua posição se torna o principal nome do Partido Conservador. Segundo autores, como Felisbello Freire e Thetis Nunes, ambos os partidos eram em sua natureza destituídos de programas. Queriam uma só coisa: a posse do poder.

Embora essa leitura hoje possa ser vista como muito simplista, somos levados a perceber que ao menos em parte essa conclusão tenha sua razão. Mesmo levando em

conta que até o poder central e regime político estavam em um momento drástico, onde a realidade era algo imprecisa, figuras centrais no processo pela independência se mostraram dispostos a trocar de partido à medida que o contexto se mostrava mais crítico.

Só para citar alguns exemplos, Guilherme Nabuco de Araújo e Jose de Barros Pimentel assinaram pela posse de Burlamaqui e logo depois viraram as costas em apoio aos baianos, o mesmo Guilherme Nabuco ainda cortaria o apoio a Pedro Vieira de Melo após a chegada de Labatut. O senhor Domingos Dias Coelho que compôs a Junta antes disso havia apoiado a reanexação de Sergipe a Bahia e havia demonstrado todo seu empenho em evitar o reconhecimento da emancipação.

Em sua dissertação de mestrado, Fernando Afonso Ferreira Junior, defende que no cenário crítico em que estava a sociedade sergipana os posicionamentos estavam sujeitos a mudanças sempre que conviesse. Analisando a polarização da elite política, ele enfatiza que "ambas estavam dispostas a mudar de atitude, caso os problemas aumentassem"(p.170). O critério que ditaria essas mudanças de posições seria a garantia de permanecer no poder. Embora em partes crítico do pensamento de Felisbello Freire e inegável a aproximação de sua tese com a do doutor.

Outros casos poderiam ser citados para embasar essa tese, porém não podemos simplesmente deixar de acreditar que houvesse aqueles que seguissem um ideal político, um dos que melhor se aplica isso é José Mateus da Graça Leite Sampaio. Esta figura eminente sempre se posicionou e buscou a independência sergipana a todo custo, sem querer apagar os interesses pessoais que o capitão-mor visava atender, nos parecer ser antes de mais nada ser essa sua posição e programa político o guia de suas ações.

No dia 23 de março de 1823, José Mateus reassume com a junta o comando de Sergipe tendo como tarefa organizar as eleições para os representantes para a Assembleia Constituinte. Os nomes escolhidos teriam sido o padre José Francisco de Meneses Sobral e Francisco Félix Barreto de Meneses (que faleceu pouco tempo depois). Porém devido ao ato de 12 de novembro de 1823, onde o imperador dissolveu a Assembleia, não chegaram a tomar posse. Também foram realizadas as eleições para o Conselho Provincial, mas os resultados destas não foram aceitas pela Junta. Os membros do governo visavam estender o máximo possível sua permanência no comando, ainda mais que os nomes favoritos a os substituir eram opositores políticos.

A partir daí aumentaram as contestações a Junta e grupos militares passaram a serem mobilizados pelos prejudicados nas eleições tornando possível uma guerra civil. Tanto que o genro do José Mateus, o tenente-coronel João de Aguiar Caldeira Boto, solicitou apoio militar para reprimir os opositores.

Frente ao cenário crítico, a Junta tomou medidas administrativas para ampliar a esfera de poder para outras regiões da capitania visando acalmar os ânimos. Assim lideranças locais de municípios importantes foram trazidos para o governo. José Mateus ficou no comando de Sergipe com a Junta até a chegada de Manuel Fernandes da Silveira, nomeado pelo governo central para presidir a capitania. Seu governo empossado em 5 de março de 1824, contou com o apoio do José de Barros Pimentel e com a oposição do velho capitão-mor de Itabaiana. Sendo estes dois personagens os principais líderes do agrupamento político de Sergipe (respectivamente, partidos Liberal e Conservador). Segundo o pesquisador Felisbelo Freire, ambos teriam cometido arbitrariedades e dificultado o bom andamento do governo da provincial, visto que a ambos só importaria o poder.

Por volta de 1828 já com a idade avançada e com a saúde debilitada, tendo suas crises epiléticas tornadas mais frequentes, afastou-se da carreira política para o merecido descanso. No dia 26 de janeiro de 1829, o senhor do Penha faleceu. Sendo seus pedidos atendidos foi sepultado envolto no hábito de Nossa Senhora do Carmo na capela no adro da igreja, enterrado ao pé da Santa Cruz graça conseguida em vida por provisão eclesiástica.

Seu testamento havia sido escrito na presença dos amigos mais íntimos em 20 de agosto do ano anterior e foi aberto pelo padre Leandro Pinto da Costa no dia seguinte ao historiaste é um simples esboço do que foi a vida do ilustre filho de Itabaiana que certamente teve papel fundamental na história de Sergipe. Foi o grande capitão-mor do município serrano, grande latifundiário e produtor do agreste, talvez o mais emblemático personagem dentre os partidários da nossa independência. Chefiando a Junta Provisória e tendo sido eleito para importantes cargos, lutou sempre pelo que acreditava. Tornou-se grande investidor e custeou obras de igrejas na região da Cotinguiba, católico fervoroso que era cavaleiro da Ordem de Cristo e confrade da secular Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório de Itabaiana.

É preciso ressaltar as limitações desse artigo, muitas fontes a respeito do velho capitão-mor se perderam ou continuam esquecidas nos arquivos. É imprescindível que tal

personagem seja tomado como objeto de estudo em uma pesquisa mais ampla. Apenas por esse simples trabalho já temos noção da importância deste que sem dúvidas ocupa um lugar no panteão das ilustres personalidades sergipanas.

E assim por meio desse emaranhado de conflitos que se desenvolveu entorno da nossa independência, podemos observar de que forma o senhor do Penha agiu em busca da autonomia local. Mesmo com as escassas fontes a respeito desse personagem e inegável a importância do José Mateus na história política de Sergipe.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. Representação da Província de Sergipe Del Rey no Parlamento Nacional (1823/1889), Aracaju, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 1950, n. 20.

AMARAL, Braz do. **História da independência da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BURLAMARQUI, Carlos César. Memória Histórica e Documentada dos Sucessos Acontecidos em Sergipe d'el-Rei. In: FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2.ed. Petrópolis/Aracaju: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)**. Dissertação (mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe (1575 - 1855)**. 3 ed. São Cristóvão. Editora UFS, Aracaju: IHGSE, 2013.p. 284-332

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: UNIT, 1999;

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe no processo da Independência do Brasil**. Cadernos UFS, n.2, 1973.

SOBRINHO, Sebrão. O último capitão-mor de Itabaiana. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 20, 1951. pp. 124-133.

APÊNDICE

- Esboço cronológico da trajetória de José Mateus da Graça Leite Sampaio
 - 1782 - possível data do seu casamento em Penedo com sua prima carnal materna D. Francisca das Chagas de Jesus, filha de Jose Antônio Ferreira da Costa e de D. Ana Maria de Sampaio. (Sebrão Sobrinho, p.125-126)
 - 05/abril/1793 - nomeado capitão-mor do terço das ordenanças de Itabaiana, confirmado posto por patente em segunda via do governador da Bahia, D. Francisco da Cunha Menezes, de 13/08/1805. (Lima Junior, 1917,p.1) + (Sebrão Sobrinho, p.126)
 - 08/03/1785 - falece seu tio materno Ventura Rabelo Leite de Sampaio, rico proprietário de terras do município de Itabaiana. Por este não ter tido filhos, deixou sua herança para o sobrinho Jose Mateus. Sendo que entre os bens herdados estava o histórico engenho Alagoa do Penha, que se tornou residência do futuro capitão-mor. (Sebrão Sobrinho,p.125)
 - 1787 - se torna o proprietário de outro secular engenho sergipano, o Santana, vizinho do Penha e de Itabaiana, por compra ao tenente-coronel Jose Luís Coelho e Campos. Sendo o fundador dessa propriedade o padre Manuel Carneiro de Sá. (Sebrão Sobrinho, p.125)

- 1801 - nesse ano segundo Sobrinho, Jose Mateus teria vendido o engenho Santana ao seu irmão Manuel de Deus Machado, o qual teria atraído para o município de Itabaiana. Dívida esta que parece nunca ter sido paga. Nesse mesmo ano nomeou Manuel de Deus para o posto e sargento-mor das ordenanças de Itabaiana. Posto este que ele ocupou até 1830, quando após a morte de Jose Mateus foi reformado para capitão-mor. (Sebrão Sobrinho, p.127)
- 15/01/1822 - data em que deveriam se reunir todas as câmaras e eleitores paroquiais para eleger um governo autônomo em São Cristóvão e independente da Bahia. Este era o plano do Jose Mateus que a frente da câmara de Itabaiana mandou cartas para as demais câmaras de Sergipe incentivando o levantamento contra o governo subordinado de Pedro Vieira de Melo. Essa informação pode ser obtida a partir de carta de 01/01/1822 do ouvidor interino da comarca, Manuel Gomes Coelho, em um ofício enviado para a junta da Bahia. No entanto, as demais câmaras não teriam respondido as cartas da câmara itabaianense. (Edna, 2012, p.99)
- 01/10/1822 - instituída a junta provisória para governar Sergipe, sendo Jose Mateus aclamado presidente da junta. Outros membros eram Dionysio Rodrigues Dantas, Domingos Dias Coelho e Melo (depois Barão de Itaporanga), padre Serafim Alvares da Rocha e padre Jose Francisco de Menezes Sobral. No texto de Sebrão, o autor nos informa que sendo Jose Mateus vizinho e amigo do Pedro Vieira de Melo, de tudo teria feito para evitar que este fosse julgado severamente por seus "atos ingênuos, mas antipatrióticos". Na obra da doutora Edna também é observada a formação "ilegal" da junta, citando os seus membros e mais pra frente traçando um perfil desses sujeitos (na pag.151). (Lima Junior,1917, p.1) + (Sebrão Sobrinho, p.128) + (Edna ,2012, p.131-132)
- 18/10/1822 - deposição da junta provisória por Labatut e nomeação de Barros Pimentel para o governo de Sergipe. (Edna,2012, p.135)

- 10/02/1823 - a junta que havia sido deposta retorna ao comando da província. Jose Mateus retorna à presidência da junta. (Thetis Nunes, 1973, p.23) + (Edna,2012, p.144)
- 04/05/1823 - Jose Mateus manda cartas ao imperador, representando a junta, comunicando as decisões tomadas e sobre as dificuldades de governar sem ordens precisas do governo central. Devido a distância geográfica e pela dificuldade de comunicação com a capital, a junta governava com relativa liberdade. Dois assuntos principais tratados pela junta ao reassumir o comando foram o cuidado com as finanças e a reestruturação da força militar da província. (Edna,2012, p.177-178)
- 27/08/1823 - a junta manda carta ao imperador denunciando acoes de Barros Pimentel, onde vão acentuar-se os choques entre ele e os demais membros da junta. Ao final, Pimentel abandona o posto de comandante das armas e se refugia na Bahia ante as denúncias de desvio dos donativos as caixas militares para a luta emancipatória e de devassa ordenada. (Thetis Nunes,1973, p.48-49).
- 1826 - Jose Mateus foi eleito para a câmara dos deputados, junto com Dr. Jose Nunes Barboza Madureira. Porém, devido aos problemas de saúde do envelhecido capitão-mor, não chegou a assumir o posto. (Sebrão Sobrinho, p.129) + (Vasconcelos de Almeida, p.13)
- 20/11/1826 - Seu irmão, Manuel de Deus Machado, assume a presidência da província devido a morte do presidente Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque que havia tomado posse em 15/02/1825. Por ser o conselheiro mais votado e assim o vice-presidente, o sargento-mor assume o posto e exerce o cargo até agosto de 1830. (Edna,2012, p.214)
- 20/08/1828 - na presença dos mais íntimos amigos, o velho capitão-mor escreve seu testamento em sua residência no engenho de Nossa Senhora da Conceição

do Penha. Tendo como testemunhas: Cristovam Pereira de Resendes, Domingos Pereira Sarmiento, Jose Pereira Lavre, João Batista de Vasconcelos, Manuel Prudente Franco, Francisco Jose da Costa e Bernadino Jose Pinheiro. (Sebrão Sobrinho, p.129-130)

- 26/01/1829- falece o capitão-mor Jose Mateus da Graça Leite Sampaio. Seu testamento foi aberto no dia seguinte pelo padre Leandro Pinto da Costa. Foi sepultado como pediu, envolto no habito de Nossa Senhora do Carmo e no esquite da irmandade, caixão geral, sem nenhum ornamento. Sepultado na capela mor, no adro da igreja ao pé da Santa Cruz, graça essa que lhes foi concebida ainda em vida por provisão eclesiástica. (Sebrão Sobrinho, p.130)